

A economia que poderá sair dos trilhos

Dercio Garcia Munhoz

A tônica de todos os pronunciamentos de autoridades e técnicos da área econômica, nos meses mais recentes, tem sido no sentido de defender com veemência uma política mais ampla de redução dos níveis de consumo. E isso porque, segundo a opinião oficial, a todo momento alardeada, teria havido uma explosão da demanda após o Plano Cruzado, e o País não teria capacidade para aumentar a produção, reequilibrando o mercado.

Essa posição governamental, que inclusive serviu como justificativa para a criação do empréstimo compulsório sobre a aquisição de automóveis e gasolina/álcool, em julho último, e para o espetacular retorno da especulação financeira, via elevação artificial das taxas de juros pelo Banco Central, surgiu, é oportuno lembrar, quando a cobrança de ágios passou a ser uma prática comum de um grande número de empresas.

A versão oficial começou a ter foros de verdade, e passou a ser usada abusivamente para encobrir uma realidade bem mais cruel. Em verdade não ocorreu nenhuma explosão consumista após o Plano Cruzado, salvo em relação a alguns poucos itens especialmente de bens duráveis. O que houve foi a manutenção, a partir de março, das altas taxas de crescimento da produção e da demanda que já se verificava desde setembro de 1985, como fruto inegável da melhora do nível de emprego e dos salários, gerado pela nova orientação da política econômica introduzida após o desastre semi-recessivo dos primeiros meses do novo Governo. Com o programa de estabilização de fevereiro o aumento da produção - que conviveu com um Natal onde a alegria e as esperanças retornavam após anos de tensões - repetia as altas taxas de crescimento observadas em cada um dos meses do semestre encerrado em fevereiro.

Não houve, portanto, explosão de consumo. E simplesmente porque também não houve explosão da produção. Como atestam os dados do IBGE, indicando a manutenção de um excepcional aumento da produção da indústria da transformação, em torno de 12,0% sobre o total produzido no ano anterior. E essa taxa é realmente incomum, e talvez apenas no final dos anos 50 e no início dos anos 70 o Brasil viu coisa igual. E ainda mais, o setor de bens de capital e o setor

de bens de consumo vinha registrando até junho taxas bem acima da média, com os bens de consumo duráveis aumentando a produção em aproximadamente 40,0% em relação ao triste 1º semestre de 1985, quando a obsessão monetarista provocou uma total estagnação da produção industrial, que se situou mesmo abaixo dos resultados do ano anterior. Já no mês de julho último, porém, praticamente todos os setores da indústria revelavam acomodação, nivelando-se a expansão às taxas do semestre setembro-85/fevereiro/86 - uma consequência natural do fato de alguns dos fatores que alimentavam a demanda perdiam intensidade, ou mesmo desapareciam. Como os saques da poupança, os ganhos dos descontos financeiros sobre as prestações do crédito direto ao consumidor, e o abono de fevereiro engolido pela inflação.

Se o comportamento da economia é excepcional - ainda que a taxa de crescimento da indústria não registre nada preocupante, então quais as razões dos desajustes de mercado, com claros sinais de demanda não atendida?

Para que se possa conhecer melhor o que ocorreu com a economia brasileira é fundamental o exame do grau de utilização da capacidade instalada na indústria. Ou, em outros termos, qual a percentagem de utilização das máquinas em relação a capacidade total de produção. E a Tabela I é terrivelmente clara, ao mostrar que, com exceção dos setores Papel/Papelão e Têxtil, todos os demais contam com razoável margem de capacidade ociosa, e a indústria como um todo utilizava, em junho, aproximadamente 80% do potencial - praticamente o nível já alcançado em outubro do ano passado, embora muito superior ao que se verificava no decorrer do primeiro semestre de 1985.

O observador atento e desapaixonado pode notar da tabela da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que praticamente não se alterou o nível de utilização da capacidade produtiva desde janeiro último - com a única exceção da indústria mecânica, havendo setores com folga ainda maior ao final de junho e em relação a fevereiro - como minerais não metálicos, mobiliário, química e material plástico. E as únicas áreas que registravam algo com plena utilização da capacidade instalada - Têxtil e Papel/Papelão com índices superando o nível de 90% - já apresentavam esse quadro desde o mês de janeiro. Como mostra a

Fiesp - fonte que, pela respeitabilidade, certamente vai impedir que os mais afoitos, ou apenas intolerantes, comecem a ver no autor deste texto um inimigo do Plano Cruzado, um sabotador, ou mesmo outros objetivos equivocadamente lançados para impedir o debate.

O que parece extremamente importante é discutir a validade do diagnóstico que orienta a política econômica, pois é por ali que passa o futuro do País - econômico e político, dado o risco de que se reingresse num quadro de elevadas taxas de inflação dentro de um processo recessivo - o pior dos mundos.

PARA A REALIDADE

O primeiro erro grave que o Governo comete, ao criar restrições à demanda, é que assim transmite mensagens diretas ao setor produtivo no sentido de que as empresas não devem fazer novos investimentos, já que daqui para a frente toda a ação oficial será num mesmo sentido, forçando a queda no consumo. O que é surpreendente, pois só agora a indústria vai alcançando níveis de produção iguais aos que registrava no ano de 1980. E, afinal, os novos investimentos, e a manutenção de taxas estáveis de crescimento econômico no futuro teriam de ser objetivos prioritários. Não só porque essa foi a promessa da Nova República, mas especialmente porque o reequilíbrio da economia diante dos graves desajustes que deverão aflorar após superação da lua-de-mel com a ilusão do congelamento, apenas com o crescimento poderá ser reequilibrado.

O diagnóstico de demanda explosiva não encontra suporte nas evidências disponíveis. E a falta de produtos no mercado não revela incapacidade produtiva, mas simples restrições de oferta, com redução da produção nos setores que, com o congelamento, ficaram com lucros muito baixos, ou apenas com prejuízos. Situação da qual saíram-se as empresas que puderam alterar a qualidade das matérias-primas ou componentes utilizados na produção; ou aquelas que alteraram embalagens, peso, medida, sem que as autoridades pudessem controlar; ou quem recebeu prêmios tais como redução de impostos ou autorizações para lançamentos de novos modelos a preços majorados. As demais procuraram refúgio na cobrança de ágios, ou retêm a produção. Já que empresa nenhuma - estatal ou privada - pode ser confundida com casas de caridade. Ou só não

legítimos os lucros dos bancos e dos especuladores?

A questão básica é que um congelamento de preços quando a inflação se encontrava em 10/12,0% ao mês, inevitavelmente fixa um quadro de desalinhamento de preços - alguns haviam acabado de aumentar os preços, por ocasião do congelamento, e ficaram em situação excepcionalmente favorável, com lucros extraordinários. Outros esperavam corrigir suas tabelas nos dias próximos, e ficaram sacrificados, ou mesmo com prejuízo. E nesse grupo se encontram, dentre outras, as empresas estatais, e grande parte das empresas privadas com preços controlados pelo CIP.

Qualquer que seja o sistema econômico ou político, inevitável que os preços sejam realinhados. E a área econômica do Governo sabe bem disso, pois pretendeu ajustar os preços relativos logo após a decretação

Não se deveria lançar restrições como impostos ou compulsórios, sob pena de descarregar.

do programa de estabilização - como seria correto e necessário, mas encontrou forte reação de outros setores, embalados no sonho impossível de abandonar a contabilidade de custos, e se necessário recorrer à polícia.

APOS O REALINHAMENTO

Não se deve analisar a questão do realinhamento apenas pela ótica de que as empresas querem cobrar preços mais altos, e assim fazer ressurgir a inflação. A questão tem de ser vista sob outro ângulo: uma faxia do setor produtivo quer recuperar parte da massa de lucros que o congelamento reduziu; e assim o que as empresas - estatais ou privadas - querem, é que se reveja o quadro distributivo da renda, transferindo às empresas perdedoras, de volta, algo que possivelmente se situe acima de US\$ 15,0 bilhões. E se as empresas querem recuperar essa faixa dentro do bolo de renda, via elevação de preços, o reequilíbrio do sistema se dará com uma inflação maior que a atual, que tire dos salários (ou mais propriamente dos grupos de rendas fixas), aqueles US\$ 15,0 bilhões, ou quanto seja. E só isso exigirá que a inflação chegue a algo como 40,0% anuais, para que as (novas) perdas dos assalariados satisfaçam a recuperação de lucros por parte das empresas. Enquanto isso as em-

presas que, quando do congelamento se achavam com preços atualizados, vão continuar festejando super-lucros, na medida em que as previsões de aumentos de custos não se materializaram.

Se o Governo procura desconhecer uma realidade simples - de que o congelamento nas circunstâncias em que ocorreu é viável apenas no curto prazo orientando-se por uma abstrata explosão de consumo, então o país passa a correr todos os riscos. E já enfrenta o ônus desse equívoco, com pressões para importações a partir de câmbio congelado, estimulando compras especulativas; e com o aumento das taxas de juros, que até agosto já era da ordem de 10 por cento de percentagem, o sistema produtivo arca com um aumento nos custos financeiros da ordem de US\$ 5 bilhões anuais. E é claro que as empresas vão pretender transferir esses custos adicionais para os preços, com o que o sistema econômico, via inflação, terá de transferir para os assalariados não só os US\$ 15,0 bilhões estimados referentes à recomposição dos lucros, mas agora também os US\$ 5,0 bilhões apropriados pelos bancos e pelos aplicadores.

Torna-se evidente que, se o país salu o Plano Cruzado com um inevitável potencial inflacionário, que deveria alcançar algo como 40,0% anuais, A política suicida de elevar as taxas de juros vai requerer uma inflação ainda mais elevada - agora em torno de 50% - apenas para fazer o acerto distributivo sobre a renda. Se se leva em conta que mais recentemente o Governo decidiu forçar nova elevação nas taxas de juros - e vem conseguindo pode-se imaginar na loucura que representa um aumento nos encargos financeiros do setor produtivo, não de US\$ 5 bilhões, mas de US\$ 10 bilhões, ou mesmo mais. A quanto vai a taxa de inflação nessa volúpia monetarista? A que níveis vão cair os salários reais, já corroídos pela inflação dos últimos meses, se toda queda agora leva os salários para valores reais abai-

xo da média calculada em fevereiro - e que já era terrivelmente baixa? Como pode o País ser levado novamente a um processo recessivo, com altas taxas de inflação, enquanto ainda se comemora os felts de uma política exatamente antirecessiva e antinflacionária?

NÃO IMPOR, MAS NEGOCIAR

Observando-as decisões oficiais, já tomadas ou insistentemente anunciadas, fica clara a noção de que a política econômica sacada para dar sobrevivência ao congelamento de preços está liquidando com o plano de estabilização: e, dentro de um já conhecido festival especulativo na área monetária que retorna triunfante - a dívida pública, tendo a explodir, e a economia a enfrentar fortes pressões inflacionárias, que virá à tona a despeito de todas as tentativas de conter um fenômeno já fecundado.

Nessa visão prospectiva causam preocupações a equivocada herança trazida pelo contraditório decreto lei 2.284, que tanto procurou punir os assalariados quando limita os reajustes salariais a 60 por cento da inflação observada, como supostamente procurava favorecê-los ao introduzir o "gatilho" de 20%. Ora, no primeiro caso choca o desconhecimento de que, aplicado sucessivamente aquela restrição, simplesmente os trabalhadores morreriam de fome, pois o salário real tenderia a zero, e a economia desapareceria por falta de compradores; e, no segundo caso, um gatilho de 20%, quando se prevê que a nova taxa de inflação de equilíbrio será de no mínimo 50,0% a.a. - a depender ainda da evolução da histeria monetarista - tudo indica que o primeiro reajustamento automático de cada categoria deve ocorrer seis meses após o primeiro dissídio; e, com o repasse imediato para os preços, o gatilho seria novamente acionado quatro meses depois do anterior, três meses do aumento precedente, e, inevitavelmente se seguiria os

passos da Argentina de Afonsín, com correções mensais de salários, e todos os binóculos procurando na estratosfera as curvas indicativas das taxas de inflação.

O preço por monosprezar os mecanismos que presidem o funcionamento do sistema econômico, e qual o papel que a inflação exerce no "acerto" da questão distributiva, tende a ser elevado. Afinal inflação inercial significa apenas que um novo patamar inflacionário chega e fica, porque só assim os salários perdem, sistematicamente, parte de seu poder de compra em favor de outros agentes que já se apropriaram de uma fatia extra da renda global - que afinal é um bolo finito. Sendo um pecado capital imaginar que a inflação, qualquer seja o adjetivo agregado, tenha caído do céu, por simples azar ou maldição, sem ligar-se ao que vem ocorrendo no mundo real.

AÇÃO POLICIAL

Manter o congelamento até novembro será um feito heróico. Mas isso não responde ao essencial, colocando-se a redução das taxas de juros como questão urgente, inadiável. Pois esse é um dos tiros mortais com que a cegueira monetarista atingiu o plano de estabilização. Além do mais porque com juros atuais seguramente os encargos financeiros da dívida pública federal sob administração do Banco Central superam o total de receitas tributárias da União! E toda a fantasia de que os déficits se ligam ao excesso de gastos do Governo vai enfrentar finalmente o seu dia da verdade. E só assim, talvez o país venha a saber o que realmente vem acontecendo com as finanças públicas.

Reduzir os juros, flexibilizar os preços, elevando uns e reduzindo outros, de modo cuidadoso a fim de que a economia possa respirar; interromper a

transferência de receitas de impostos e dinheiro das emissões para cobertura dos juros da dívida pública acumulada em anos anteriores, mantendo-se assim os gastos normais do Governo, acertar o passivo das empresas estatais - mais capital próprio e menos capital de empréstimo, a fim de que possam recuperar a capacidade de investir; não lançar mais restrições sobre as famílias - impostos, taxas, compulsórios, juros, com o fito de conter o consumo, permitindo assim que a economia chegue ao seu "leito natural", com crescimento industrial possivelmente situando-se em torno de 8%, garantir as empresas que não surgirão novas "invenções", a fim de que o nível de investimentos possa ser retomado, garantindo-se reflexos deflacionários dos ganhos de produtividade gerados no processo de expansão da economia.

Essas são questões que parecem extremamente oportunas. Mas algo mais terá de ser revisito, que é a lei salarial. Já que, enquanto o limite de 60% das taxas de inflação para aumentos salariais é uma abstração, o gatilho de 20% é um bumerangue que vai atingir mortalmente o assalariado, sem que tenha forças para manter os salários reais. A ninguém interessa uma situação de reajustes móveis - como inevitavelmente ocorrerá com o gatilho com uma louca corrida salarial/preços levando a reajustes mensais sob graves condições de funcionamento da economia. A lógica indica que se terá de encontrar, e rapidamente, uma saída, que poderia ser a remoção do limite de 60% - deixando os salários mais altos sob livre negociação e a eliminação do gatilho, concedendo-se, em troca, e de imediato, um aumento real de 5% a ser incorporado por ocasião do dissídio, a título de produtividade e como mecanismo de compensação.

Se alguma coisa não for feita rapidamente, dentro das medidas que devem acompanhar o necessário realinhamento de preços, o trem da economia, já agora nos trilhos. E não existem forma milagrosa que possui posteriormente anular o caos provocado pelas medidas de caráter monetarista. Razão porque, como desdobramento natural de toda política econômica ortodoxa, dificilmente o último ato pode ser presenciado sob regimes politicamente abertos. Recorrendo-se como regra, a formas autoritárias de controle social para a definição de um novo quadro distributivo, com concentração crescente da renda gerada.

Dercio Garcia Munhoz, professor do Departamento de Economia da UnB, é o presidente do Conselho Federal de Economia

INDÚSTRIA

Nível de utilização da capacidade instalada em %							
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	
01. Minerais não metálicos	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	74
02. Metalurgia	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	84
03. Mineração	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	75
04. Mat. de constr. e de comunicação	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	77
05. Material de transportes	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	78
06. Mobiliário	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	82
07. Papel e Papelão	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	81
08. Química	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	76
09. Produtos de borracha e plástico	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	75
10. Têxtil	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	80
11. Alimentação	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	75
12. Agrícola	82,3 (set/75)	82,3	82,3	82,3	82,3	82,3	80

*Fonte: FIESP

Publicado no Gazeta Mercantil de 28.09.86